
IMPLICAÇÕES DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL NA ANÁLISE ESPACIAL DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE

GUILHERME BUTTER SCOFANO (1)

VITOR YABIKU (2)

PEDRO HENRIQUE PORATH (3)

DEMIS MARQUES (4)

(1) Universidade do Estado de Santa Catarina
bscofano@gmail.com

(2) Universidade Federal de Santa Catarina
vmyabiku@gmail.com

(3) Universidade do Estado de Santa Catarina
phporath@gmail.com

(4) Universidade do Estado de Santa Catarina
dwriterx@gmail.com

O trabalho analisa a influência do novo Código Florestal Brasileiro nos modelos de determinação de Áreas de Preservação Permanente (APP) com uso de imagens de satélite georreferenciadas. Utilizou-se como estudo de caso os bairros de Boa Vista, Iririú e Saguacu, localizados no município de Joinville (Santa Catarina), entre o centro da cidade e a zona industrial local. Os bairros apresentam altos índices de crescimento populacional, e a expansão urbana segue em direção a fragmentos florestais ainda preservados. Imagens aéreas confeccionadas entre os anos de 1938 e 2010, disponibilizadas pela Prefeitura de Joinville através do Sistema de Informações Municipais Georreferenciadas - SIMGeo, apontam maior adensamento urbano no entorno do conjunto de rios e manguezais da Baía da Barbitonga, e nos arredores da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Morro da Boa Vista, Unidade de Conservação municipal. A ARIE cumpre importante papel, uma vez que o estrato vegetal existente atua como instrumento de contenção das vertentes de alta declividade do Morro da Boa Vista. Da mesma forma, os fragmentos de mangue localizados no entorno dos rios minimizam os impactos oriundos das constantes alterações na altura da maré. Com a revisão, no ano de 2012, dos conteúdos e normativas do Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651, de 25 de maio), a definição das áreas identificadas como Áreas de Preservação Permanente sofreu significativa alteração, exigindo a reanálise dos perímetros protegidos pela legislação federal. Para o presente estudo, adotou-se como materiais de pesquisa as imagens aéreas de satélite do município de Joinville, publicizadas no sistema SIMGeo, além das bases cartográficas de Unidades de Conservação, Curvas de Nível, hidrografia e Limites de bairros, disponibilizada pela prefeitura, em formato *shapefile*. Quanto às fontes jurídicas, foram avaliadas as duas versões do Código Florestal Brasileiro, elaboradas nos anos de 1965 e 2012. Os procedimentos metodológicos envolveram inicialmente a comparação entre os documentos legais, identificando a alteração nos conceitos referentes à definição de topos de morro e áreas de entorno de corpos d'água. Realizou-se então, com uso de softwares de geoprocessamento, o mapeamento e a análise espacial dos trechos indicados como APP, segundo interpretação de ambas as versões do Código Florestal. O processo resultou na criação de produtos georreferenciados, com a delimitação das áreas restritivas à ocupação. Em seguida, foi realizada a sobreposição das bases criadas às imagens disponibilizadas pela prefeitura. A confrontação dos materiais confirmou o avanço sistemático dos lotes urbanos sobre o perímetro de proteção dos cursos fluviais, e em direção ao trecho definido APP de topo de morro. Ademais, a pesquisa revelou que, quando comparadas, as bases vetoriais derivadas da interpretação das duas versões do Código Florestal, evidencia-se substancial redução no número de propriedades localizadas em áreas de restrição ocupacional. O desenvolvimento do material visa aumentar a gama de informações atualizadas à disposição de órgãos competentes e da Prefeitura do município de Joinville, para a realização de controle e fiscalização dos avanços urbanos diante das áreas permanentemente protegidas. Este tipo de estudo contribui para o desenvolvimento de políticas públicas de preservação ambiental e planejamento urbano, além de servir de subsídio para formulação de legislação municipal restritiva que atenda as necessidades locais de preservação. Por fim, a metodologia e o estudo apresentados se mostram de substancial importância para análise de áreas de relevante interesse imobiliário e contenção de avanços de ocupação irregular, além da observação prática de elementos restritivos por parte dos gestores públicos.